



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 5/2021

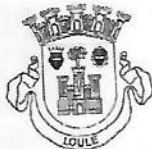
Sessão Extraordinária de 3 de Maio de 2021

Aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas e 15 minutos, por videoconferência, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luís Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Maria da Conceição Leite Esteves Duarte), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nuno Alexandre Sousa Trindade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Vice-Presidente**, Pedro Pimpão e os **Vereadores**,
Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo e José Graça.-----

Estiveram ausentes:-----

O Senhor **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e a senhora **Vereadora** Marilyn
Zacarias;-----

O **Vereador da Oposição**, Horácio Piedade.-----

O **Deputado Independente**, Fernando Domingos dos Santos, informou
previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na
reunião.-----

Apresentaram pedidos de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o
mesmo sido substituído por Adriana Cavaco Guerreiro, Maria da Conceição Leite
Esteves Duarte, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Marco
Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia
de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu
substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia
Municipal de Loulé, Nuno Alexandre Sousa Trindade.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de
S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu
substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia
Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Deputado Municipal do PSD**, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído por Cláudio Filipe Simão de Lima.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

3-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

4-Moções;-----

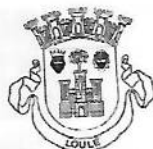
5-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, como Representante das Juntas de Freguesia do Município, no Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º23/2019, de 30 de Janeiro;-----

b)- Eleição de 2 Deputados Municipais, sendo 1 deles, Presidente de Junta de Freguesia, para integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL), no Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género(CIG);-----

c)- Informação relativa à Apresentação do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2020, como determina o Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º24/98, de 26 de Maio; [Proposta da Câmara Municipal n.º 432-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 27/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Relatório Final do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática de Loulé (a) e Aprovar a Adesão ao pacto dos Autarcas para a Energia e Clima (b); [Proposta da Câmara Municipal n.º 291-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e)- Proposta 28/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação das Taxas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 556-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 29/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas (INFRAMOURA, E.M); [Proposta da Câmara Municipal n.º 438-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 30/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRAMOURA, E.M); [Proposta da Câmara Municipal n.º 439-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 31/2021- Deliberação relativa a Aprovação do Contrato-Programa e de Gestão Delegada com a Inframoura, E.M, de acordo com o art.º 47.º, n.º 5 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 487-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 32/2021- Deliberação relativa ao Modelo de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12/09; n.º [Proposta da Câmara Municipal n.º 686-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 33/2021- Deliberação relativa ao Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06 - Quinta do Lago (Almancil), após audiência de interessados e consulta pública [Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Informação relativa a Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) aprovação de início de Procedimento e Aprovação dos termos de referência; [Proposta da Câmara Municipal n.º 358-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Informação relativa à Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) aos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), início do procedimento, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, na sua atual redação conferida pelo Decreto-Lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

n.º3/2021, de 7 de Janeiro e na alínea b), do n.º1 e nos números 2 a 4 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de Maio [Proposta da Câmara Municipal n.º 346-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

m)- Informação relativa a **Declarações sobre Pagamentos/Recebimentos em Atraso e Compromissos Plurianuais**, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º22/2015, de 17/03; [Proposta da Câmara Municipal n.º 271-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

n)- Informação relativa à **Colaboração do Senhor Vice-Presidente como docente no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - ISMAT**, no período compreendido entre 15 de Março de 2021 e 31 de Junho de 2021; [Proposta da Câmara Municipal n.º 590-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

* Por razões de segurança e saúde pública, devido à pandemia COVID19, esta Sessão não contará com a presença de público.

** Os pedidos de intervenção no Período do Público devem ser remetidos antecipadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, até às 14h30 do dia 3 de maio, por email para: aml@cm-loule.pt, por forma a que sejam apresentados no referido ponto, as intervenções do público serão distribuídas pelos membros da Comissão Permanente e ao executivo municipal, se remeterem para questões dirigidas à Câmara Municipal.

*** As candidaturas às eleições previstas nas alíneas a e b do ponto 5 devem ser remetidas ao secretariado da Assembleia Municipal até às 16 horas do dia 28 de abril.

**** As votações previstas nas alíneas a e b do ponto 5 têm início às 9 horas do dia 29 de abril e decorrerão até às 21 horas do dia 3 de maio, em horário de funcionamento dos serviços da assembleia, seguindo os procedimentos definidos para esta votação.

Esta Sessão será transmitida em direto, no dia 03 de Maio de 2021, pelas 21 horas, no canal YouTube do Município de Loulé.

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público;-----

Não existem intervenções do público.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que deu entrada um pedido de requerimento do grupo municipal do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Carlos Martins solicitava a atualização do mapa de requerimentos e perguntas a aguardar resposta. Este requerimento foi apresentado no domingo, entretanto não houve possibilidade de o atualizar até à altura desta reunião, deixar por isso obviamente esta justificação, explicar que, como é sabido dos Senhores Deputados, a Assembleia Municipal tem funcionado por questões de saúde de um dos elementos do seu Secretariado apenas com um elemento do seu Secretariado e isso limita a nossa capacidade de resposta aos processos administrativos.----- Solicitou que fosse introduzido um ponto de Discussão e Aprovação de Atas o qual foi aprovado por unanimidade, passando a constar da Ordem de trabalhos desta sessão. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Neste ponto as Atas que estavam para aprovação na SO de 30 de Abril, passaram para a sessão de hoje;-----

Aprovação de Atas;-----

Ata n.º 8/2020, Sessão de 29 de junho de 2020;-----

Ata n.º 11/2020, Sessão de 25 de setembro de 2020;-----

Ata n.º 12/2020, Sessão de 28 de setembro de 2020;-----

Ata n.º 13/2020, Sessão de 13 de outubro de 2020.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo ir pronunciar-se em relação às quatro atas, considerando que as referidas atas merecem a nossa aprovação, embora não estive presente na Sessão da Ata 12/2020, como tal não posso votá-la, mas o BE considera que está em conformidade e merece a aprovação da Assembleia.-----

Embora sabendo dos condicionalismos existentes no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, aproveitamos para solicitar ao Senhor Presidente um maior esforço para que as atas sejam submetidas à Assembleia Municipal, ao Plenário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da Assembleia, para apreciação dentro de um prazo razoável, tendo em consideração que o mandato desta Assembleia expira pouco mais daqui a seis meses. Digamos que seria razoável no prazo máximo de um mês após decorrida a data da sessão. E uma das formas passa pela cedência temporária de outra funcionária da Câmara para colaborar na feitura das atas em atraso, assim como solicitar a aquisição de uma aplicação informática que faça a conversão do áudio para texto. Eu julgo que esta proposta até já vem do tempo da Primeira Secretária Rosana Durão que já tinha apresentado e acho que é a altura correta de nós tratarmos disto.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, constatou que para além de uma declaração de voto, uma reclamação, mas pela construtiva e com propostas de solução. Nós de facto temos uma limitação relativamente ao pessoal, o secretariado da Assembleia é composto por 2 profissionais, até aqui, nestes, julho, 6 a 7 meses apenas uma tem estado ao serviço, e aproveito para a cumprimentar e agradecer o esforço que tem feito para que os trabalhos tenham decorrido com a normalidade possível. A boa nota em relação à aplicação por acaso eu apresentei requerimento à Câmara Municipal a perguntar qual era a nossa execução das rubricas orçamentais afetas à Assembleia, pode ser que exista por aí alguma margem para podermos ponderar essa possibilidade.

Ata n.º 8/2020, Sessão de 29 de junho de 2020; foi aprovada por unanimidade.

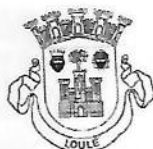
Ata n.º 11/2020, Sessão de 25 de setembro de 2020; foi aprovada por unanimidade.

Ata n.º 12/2020, Sessão de 28 de setembro de 2020; foi aprovada por unanimidade.

Ata n.º 13/2020, Sessão de 13 de outubro de 2020; foi aprovada por unanimidade.

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo querer um pedido de esclarecimento. Já há bastante tempo que o muro poente do Estádio Municipal está amparado por umas estacas e não vejo qualquer obra em curso. Gostaria de saber qual é o motivo para a demora da reparação do mesmo, porque é um perigo para as crianças que continuam a passar ali, mesmo adultos e, convinha ter uma certa atenção naquilo.

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que em primeiro lugar para esclarecer o Senhor Deputado do CDS pelas afirmações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que fez no debate que estava no voto de saudação do 1.º de Maio, para esclarecer, repor a verdade e a cronologia da História, informar o Senhor Deputado do CDS que estava enganado sobre o incêndio ocorrido em 1911 numa fábrica em Nova Iorque onde morreram 129 mulheres e 23 homens, como tendo acontecido antes do movimento dos trabalhadores ocorrido em 1 de maio de 1986 em Chicago. Como tal, o teor do texto da moção feito pelo Bloco de Esquerda estava perfeitamente correto.-----

Há uma crítica ao funcionamento da nossa Assembleia é que muitos cidadãos não percebem porque motivo, embora as últimas reuniões tenham sido por videoconferência, não tenha havido abertura para o público, nomeadamente aqueles que apresentaram questões poderem estar na Assembleia. A pandemia foi uma explicação, mas depois replicam, mas há espetáculos no Cineteatro que têm público. Portanto, julgo que daqui para a frente temos condições para que todas as Assembleias serem públicas.-----

Gostaria de felicitar as 22 famílias que há dias receberam a chave das suas casas, no entanto, as outras famílias carecem igualmente de habitação condigna, tiveram a sorte de ser os primeiros a disfrutar deste Programa Habitacional. Nós não temos realmente as condições, as informações corretas dos critérios que procederam à escolha destas 22 famílias e se, realmente, as casas que foram cedidas ou vão ser cedidas as chaves são propriedades do Município ou se são arrendadas pelo Município aos quais as famílias vão pagar uma renda acessível ou apoiada. O Senhor Ministro Pedro Nuno Santos, com a qual eu simpatizo, afirmou que esteve lá a fazer não um favor, mas uma obrigação às famílias que vieram exercer um direito. Também concordo que o direito à habitação é um direito consagrado na Constituição e que a Câmara deve dar resposta em tempo.-----

Outra boa notícia, o interior também está de parabéns, em Salir foi lançada a primeira pedra da obra em sede de moradias unifamiliares, representando assim um investimento de 2.000.000,00€ também destinados ao arrendamento acessível ou/e arrendamento apoiado. Quero realçar que são as primeiras habitações entregues pela Câmara desde 2013, altura em que o PS voltou a governar este Município. Portanto, desde 2013 a 2020, e apesar das receitas camarárias totalizarem perto de mil milhões de euros, não conseguimos construir uma única casa, o que é realmente um desespero. No entanto, embora saiba a pouco, estamos contentes, mas continuamos insatisfeitos e exigentes para que seja cumprida na sua globalidade a Estratégia Local de Habitação para o período 2020-2030, onde está previsto apoiar 1400 agregados familiares. Recentemente, a Câmara assinou um Protocolo em 2020 e eu queria perguntar também se este contrato de financiamento já foi realizado para algum conjunto habitacional, é um contrato que prevê um investimento total de quase 44.000.000,00€, uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comparticipação de 35% a fundo perdido cedido pelo Estado, só que teremos que construir as habitações e estarem concluídas num prazo de 6 anos. Como tal, mãos à obra, que o tempo passa rápido e oportunidades como estas não aparecem todos os dias.-----

Este assunto já nós tivemos preocupação de questionar a Câmara por várias vezes, mas a resposta que temos tido é que vão enviar, vão mandar, mas que não chega. É acerca do funcionamento do Aterro da Cortelha. Portanto, a Câmara tem um contrato com uma equipa externa de uma Universidade que faz o acompanhamento do funcionamento do aterro, esse relatório foi apresentado à Comissão de Acompanhamento do Aterro e nós gostaríamos que esse relatório, que é público, seja enviado aos membros da Assembleia Municipal para conhecimento do teor do mesmo.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que relativamente ao último ponto que o Senhor Deputado Carlos Martins referiu relativamente ao Aterro da Cortelha que o Senhor Presidente da Câmara deu-me nota que gostaria de agendar uma Assembleia Temática onde iria juntar a discussão de 2 temas. As alterações climáticas e exatamente a questão da Cortelha porque havia o compromisso de exatamente realizar uma sessão sobre esse tema e haveria desenvolvimentos. Este é um tema que eu conto levar à próxima Comissão Permanente e com uma proposta concreta de uma data que também já foi objeto de conversação, mas que eu gostava de consensualizar com os Senhores Deputados. Relativamente a esta última questão, o Relatório, vamos solicitar à Câmara que o remeta logo que possível, mas está previsto o agendamento de uma Assembleia Municipal Temática que possa abordar esse tema. O seu conteúdo e o seu envolvimento, isso será conversado na próxima Comissão Permanente para que o possamos fazer.-----

Relativamente à questão do público, dos espetáculos e tudo isso, o formato em que estas assembleias foram convocadas têm resultado das reuniões da Comissão Permanente, onde estão presentes todos os grupos municipais e as deliberações não têm sido forçadas por um partido A, B ou C. Aliás, tem existido um consenso alargado, um largo consenso à volta do formato para as assembleias que se realizaram no período em que estávamos em estado de emergência. E o que eu registo e saúdo, porque a nossa responsabilidade vai para além daquilo que é poder aqui ou ali satisfazer as expectativas de alguns dos nossos concidadãos. Temos uma responsabilidade grande, eu diria tão grande quanto a satisfação das pretensões dos nossos concidadãos que é de darmos o exemplo num contexto de pandemia e tem sido este, portanto, este tem sido o formato, o modelo em que decorrerão as próximas Assembleias, será conversado, discutido na Comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Permanente e procuraremos continuar a construir os consensos e equilíbrios necessários para que estas sessões da Assembleia decorram cumprindo as regras de segurança adequadas ao momento que vivemos, é assim que temos feito e penso que será assim que continuaremos a fazer.

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, agradecendo em primeiro lugar aos funcionários que permitem que esta Assembleia Municipal esteja a ser cumprida, ainda por cima em situações excecionais, sem eles nós não conseguiríamos cumprir aquelas que são as nossas obrigações cívicas e políticas, portanto, antes de mais, o nosso muito obrigado.

Começando aqui na minha intervenção de hoje, o Parque das Cidades e o Estádio Algarve constituem um marco importantíssimo do nosso passado recente no nosso concelho, aliás, o Estádio Algarve pode e deve ter uma importância no nosso futuro, também no futuro do concelho de Loulé, para isso precisamos de o pensar e para isso precisamos de ter uma estratégia para aquela área e para aquele equipamento em específico. Nesse contexto, é necessário também reinventar aquele que é o propósito do Estádio, reinventar o também aquele que é e que será o propósito daquela área que compõe e que irá, também, certamente compor e que irá compor várias estruturas, que poderão e serão certamente essenciais para o desenvolvimento social e económico no nosso concelho. Neste contexto, perguntava e queria questionar aqui os Senhores Vereadores e o Executivo camarário o que está a ser feito e pensado para aquela área e de como é que temos naquela área contribuído para a melhoria daquele equipamento. Gostava também de questionar qual é a contribuição da Câmara Municipal de Faro na manutenção daqueles equipamentos e como é que poderemos no futuro ter e potencializar aquela área e aquele equipamento específico.

Solicitou para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, para saudar o Senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, está em forma e só para o corrigir, nunca pusemos em causa as afirmações que o Deputado do Bloco de Esquerda apresentou nas comemorações do 1.º de Maio, nunca pusemos em causa. Parece-nos irrelevante o facto do incêndio se ter dado em Nova Iorque em vez de Chicago. O facto é que o incêndio é que despoletou o movimento que vai criar os sindicatos.

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, dizendo que em primeiro lugar queria deixar, não em nome do Senhor Presidente da Câmara que o Senhor Presidente da Câmara irá fazê-lo, mas queria deixá-lo enquanto figura de autarca que neste momento estou a exercer, uma palavra de sentidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

condolências e pêsames pelo falecimento do Senhor Presidente da Câmara de Torres Vedras, Carlos Bernardes, que faleceu prematuramente e, portanto, o ser autarca deve ter esta palavra de condolências, essencialmente à família, e a todos aqueles que trabalhavam de perto com o Senhor Presidente da Câmara e, portanto, uma palavra de consternação, mas também de pesar e condolências respetivas.-----

Em relação às questões elas serão respondidas em primeiro lugar por ordem à questão levantada pelo Senhor Deputado António Farrajota sobre as obras em curso dos muros de suporte do Estádio Municipal será o meu colega de vereação Abílio Sousa. Segunda questão colocada neste caso pelo Deputado Carlos Martins em relação à habitação eu penso que terá sido respondida em grande parte na sessão anterior da Assembleia Municipal, de qualquer forma, apesar do Pelouro ser destinado à minha pessoa, quem tem acompanhado muito de perto esta questão é a minha colega de vereação Ana Machado, ao qual irá responder também a essa questão. E em relação à terceira questão também levantada pelo Deputado Carlos Martins sobre o Aterro de Cortelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu de certa forma, mas o meu colega de vereação Carlos Carmo também quer dar uma palavra em relação a este assunto. Sobre a questão levantada pelo meu colega de partido político porque é isso que estamos a falar, o Deputado Abel Matinhos referiu sobre o Parque das Cidades, eu encerrarei depois a seguir ao meu colega Carlos Carmo na terceira questão, eu concluirei, portanto, na quarta questão.-----

Foi cedida a palavra ao **Vereador Abílio Sousa**, que respondeu ao Senhor Deputado António Farrajota que o muro poente do Estádio Municipal foi colocado lá uma estrutura de contenção provisória que oferece toda a segurança para quem lá circula, no entanto, no decorrer desta semana, a informação que tenho é que vai ser entregue o projeto de execução e até ao final do mês de maio será lançado o procedimento para a realização da obra, na reparação do respetivo muro que aparenta, de alguma forma, uma imagem negativa.-----

Foi cedida a palavra à **Vereadora Ana Machado**, para responder às questões formuladas, cumpre-me informar o seguinte. Os fogos atribuídos são todos propriedade do Município, a sua atribuição resultou de critérios de atribuição, os quais se encontram vertidos na Estratégia Local de Habitação que foi aprovada pela Câmara em maio de 2019, que foi presente a esta Assembleia em setembro e que foi reconhecida pelo IRHU e contratualizada pelo mesmo. As casas foram compradas, 13 dos fogos adquiridos foram comprados ao abrigo de um pedido de financiamento já aprovado e encontra-se pendente, ainda, outro pedido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

financiamento para mais 7. Os critérios, como disse, estão vertidos na estratégia e tem que ver com a precariedade da situação das pessoas e das habitações dos agregados familiares, quanto à sua situação de insalubridade e insegurança, à sobrelotação aquando da relação da composição do agregado familiar e do número de divisões da habitação que ocupam e na inadequação por incompatibilidade das condições de habitação com características específicas das pessoas que neles habitam. Ou seja, por regra estamos a falar da deficiência de mobilidade. Ou seja, todos estes critérios são pontuados, dão uma numeração e a atribuição foi feita de acordo com os resultados que se obtiveram.-----

Foi cedida a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, referindo sobre a questão formulada pelo Deputado Carlos Martins, tal como foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi requerido pelo Senhor Presidente da Câmara um pedido de Assembleia Municipal temática e nessa Assembleia, sobre este ponto em concreto, será apresentado o relatório e tudo o que está apenso à sua construção e ao seu debate que tem sido efetuado no âmbito da Comissão de Acompanhamento. Portanto, nesse momento o relatório será enviado e apresentado a toda a Assembleia.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que em relação ao Estádio do Algarve e em relação ao projeto do Parque das Cidades, dizer que é um projeto que já tem qualquer coisa como mais de 20 anos. Esse projeto, e como nós sabemos diretamente em relação e respondendo diretamente ao meu colega de partido o Deputado Abel Matinhos, a Câmara Municipal de Faro teve algumas dificuldades no seu pagamento há um par de anos, mas muito recentemente, eu tenho acompanhado as contribuições por parte da Câmara Municipal de Loulé, como tal as contribuições é de 50% da Câmara Municipal de Loulé e 50% da Câmara Municipal de Faro e quer um, quer outro tem desde há pelo menos 3 anos que essa situação está completamente regularizada do ponto de vista daquilo que é os contributos de cada um na parceria que têm naquela zona do território. Referir também que o projeto para o Parque das Cidades extravasa tudo aquilo que é a prática e o contributo em termos do desporto. Mas é bom frisar que para além do Estádio do Algarve foi também aprovado por parte da Associação de Municípios de Loulé-Faro que, aliás já advém desde 2017, a construção de 3 campos de treino do qual, tal como muitas obras públicas tem havido dificuldades por parte dos construtores, nomeadamente, em relação aos preços base da sua construção e que neste momento vai ser lançado um novo procedimento para poder completar esses três campos de treino que são essenciais para a revitalização daquela área como forma de promoção desportiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em relação aos concelhos de Loulé e de Faro. Também dizer que esse projeto do Parque das Cidades tem integrado toda a outra vertente que é a vertente da saúde, da promoção da saúde que como sabem tem implementado o Laboratório Laura Aires e tem previsto o Hospital Central Universitário do Algarve nesse mesmo território. E, portanto, estas infraestruturas, quer na área do desporto, quer na área da saúde, irão certamente revitalizar aquilo que foi sempre um projeto inicial desta parte do território e de certeza com a vontade política de todos aqueles que estão representados nesta Assembleia, mas também na Assembleia de Faro irão de certeza impulsionar aquilo que todos nós queremos que é uma nova infraestrutura na área da saúde e que seja exatamente localizada onde ele sempre foi destinado no Parque das Cidades. E, portanto, Senhor Presidente da Assembleia, era este o contributo em representação do Senhor Presidente da Câmara para dar em relação ao Parque das Cidades.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, só para esclarecimento de algumas respostas dadas pelos Senhores Vereadores. Portanto, ocorreu uma cerimónia pública filmada, visualizada, com a presença do Ministro e de um Secretário de Estado para entregar 22 chaves. O cidadão que está em casa a assistir aquela cerimónia deduz que a pessoa quando recebe as chaves de uma casa no outro dia vai morar para a sua casa. O que acontece aqui é que não. Portanto, o que vimos é que nenhuma das casas ainda foi ocupada e 7 ainda não são propriedade da Câmara, tanto que segundo a Senhora Vereadora Ana Machado estarão à espera de um empréstimo. Por outro lado, não ponho em causa que os critérios utilizados sejam justos e corretos, mas gostaria de saber, o número de pessoas que estão inscritas nessas listas de pedidos de habitação e que de certo todos eles serão vulneráveis e que vivem em precariedade.-----
Sobre o Senhor Vereador Carlos do Carmo, bem, esta retórica a nós não nos agrada. Nós pedimos o relatório, não estamos à espera da reunião para que o relatório seja entregue aos membros da Assembleia Municipal, como foi prometido há mais de 6 meses e nunca chegou. Portanto, o que se pede e solicita através da Mesa da Assembleia Municipal é que os relatórios de acompanhamento do Aterro da Cortelha sejam divulgados pelos membros da Assembleia Municipal e que seja realizado tão breve quanto possível a tal sessão temática.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

4- **Moções;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Neste ponto não foram apresentadas Moções.

5- Período da Ordem do Dia:

a)- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, como Representante das Juntas de Freguesia do Município, no Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º23/2019, de 30 de Janeiro;

b)- Eleição de 2 Deputados Municipais, sendo 1 deles, Presidente de Junta de Freguesia, para integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL), no Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género(CIG);

O Senhor Presidente da Assembleia, anunciou que dos 35 Deputados presentes, 25 Deputados exerceram o seu direito de voto. Nós vamos proceder ao apuramento dos resultados e anunciá-lo-emos assim que tivermos. Dizer que serão apresentadas para cada uma das eleições em curso 2 candidaturas e a seguir anunciaremos os resultados.

No que diz respeito à alínea a), como vos disse, dos 35 Deputados presentes na Sessão, 25 deles exerceram o seu direito de voto, e conforme seguimos os procedimentos que utilizamos em votações anteriores. O envelope exterior com o nome do Senhor Deputado e o envelope interior sem nenhuma indicação e com os votos lá dentro, foram abertos dos que estavam presentes e temos então agora condições para anunciar os resultados.

a)- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, como Representante das Juntas de Freguesia do Município, no Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º23/2019, de 30 de Janeiro;

Tinham sido apresentadas as candidaturas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil, Joaquim Pinto e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias Benafim, Querença e Tôr, Maria Margarida Correia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil recolheu 15 votos, a Senhora Presidente da União de Freguesias recolheu 9 votos e houve 1 voto branco, totalizando 25 votos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b)- **Eleição de 2 Deputados Municipais**, sendo 1 deles, Presidente de Junta de Freguesia, para **integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL)**, no Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género(CIG);-----

Foram apresentadas candidaturas para os Senhores Presidentes de Junta e depois ao lugar que não tinha de ser de Presidente de Junta, podia ser, mas não tinha que ser, em separado. Relativamente ao representante para a Equipa de Igualdade na Vida Local que cumpria o requisito de ser Presidente de Junta, foram apresentadas as candidaturas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, Nelson Brazão, que recolheu 16 votos, e da Senhora Presidente da União de Freguesias de Benafim, Querença e Tôr que recolheu 8 votos. Houve 1 voto em branco, portanto, perfazendo os 25 votos.-----

Relativamente à votação para o outro representante da Assembleia Municipal que não tinha que, necessariamente, ser um Presidente de Junta de Freguesia, foram apresentadas 2 candidaturas da Senhora Deputada Maria Esteves e do Senhor Deputado Mário Botelho. Nesta votação, a Senhora Deputada recolheu 17 votos, o Senhor Deputado Mário Botelho recolheu 6 votos e houve 2 votos em branco. Portanto, a Assembleia Municipal tem assim preenchidos as alíneas a) e b) da sua Ordem de Trabalhos.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

c)- **Informação relativa à Apresentação do Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2020**, como determina o Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º24/98, de 26 de Maio; [Proposta da Câmara Municipal n.º 432-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que entrou e ainda apanhou a intervenção do Senhor Deputado Carlos Martins e, Senhor Presidente se me permite, gostaria de muito rapidamente fazer um comentário à intervenção feita pelo Senhor Deputado Carlos Martins. Nós damos muitas respostas assim, como sempre foi, não é diferente agora, sempre foi, perguntam-nos, respondemos, e às vezes até quando afirmam nós comentamos, como é o caso agora. Eu ouvi, e acho que ouvi bem, apesar de ter acabado de chegar, o Senhor Deputado Carlos Martins dizer que as casas que foram atribuídas que algumas, não sei se algumas ou todas, nem sequer eram da Câmara. Eu queria dizer ao Deputado Carlos Martins que todas as casas cujas chaves foram atribuídas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

foram escrituradas e são, naturalmente, propriedade da Câmara, como de outra maneira não poderia ser. Outra coisa é o seu pagamento por parte do IRHU no âmbito do contrato que assinamos com o IRHU relativamente ao Primeiro Direito. Aí sim, há apartamentos que o IRHU ainda não nos liquidou, não são assim tantos, mas isso é uma questão que não releva, o que interessa é que nós entregamos as chaves para as pessoas, os apartamentos foram pagos aos seus anteriores proprietários, são propriedade da Câmara e a Câmara podia entregá-los como o fez. Quero também dizer-lhe que após a entrega das chaves celebram-se os contratos. Neste momento há 3 famílias que já ocupam as casas e estamos a pedir a luz para os apartamentos para depois podermos já com a luz contratada, com a EDP e logo com as famílias novas locatárias das casas e contratos de arrendamento celebrados então sim entregamos as chaves e as pessoas podem ocupar. Portanto, três já se encontram lá, ainda hoje assinei um contrato com uma família e, portanto, assim seguirá. Não lhe vou dizer que também não há algumas situações que não é preciso afinar uma porta, dar um toque de tinta, mas são pequenas coisas que não têm relevância e que o processo de ocupação das casas adquiridas e das chaves atribuídas, foram 22, está a decorrer como previsto e, portanto, não há nada do meu ponto de vista nada de anormal. O que deve ser sim celebrado é que a Câmara de Loulé que ainda em outubro do ano passado assinou um contrato com o IRHU, passado tão pouco tempo já está e é um dos primeiros municípios a fazê-lo no país, já está a ter a capacidade, graças aos seus técnicos e ao seu Gabinete de Habitação, já está a entregar casas. E isso é que é importante, julgo eu, para além da primeira pedra que colocamos e outras coisas. Quero dizer-lhe ainda que são 80 pessoas e 22 agregados familiares abrangidos e que mais semana, menos semana, as pessoas ocuparão as casas.-----

O aterro sanitário, julgo também que foi dito, nós se há dossier relativamente ao qual nós estamos serenos, estamos tranquilos com a nossa consciência porque temos a noção de que aquilo que fizemos nunca foi feito no passado e podia ter sido. Que foi fazer questão, através da Comissão de Acompanhamento de Gestão do Aterro Sanitário, termos feito entrar entidades externas ao aterro e pela primeira vez foi feita uma análise técnica às condições de funcionamento e de exploração do aterro como nunca foi feito no passado e isso tem conclusões que numa Assembleia, muito em breve, temática vai ser apresentado.-----
Senhores Deputados, relativamente ao Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição o que lhes posso dizer é que nós temos cumprido com as nossas obrigações porque regularmente são informados pelo órgão Executivo, o Presidente da Assembleia Municipal e através dele todos os Senhores Deputados da atividade camarária. Aliás, devo dizer que neste domínio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

há aqui uma mudança significativa, que é a densidade e a riqueza de informação que o relatório escrito que o Presidente da Câmara apresenta ao órgão Assembleia Municipal tem conhecido. Portanto, muito mais informação, muito mais abundante e compreendendo até um ou outro aspeto que habitualmente não era incluído e que por sugestão dos Senhores Deputados passamos a incluir e esse é um facto digno de registo e que permite concluir que também aqui fomos ao encontro das sugestões dos Deputados Municipais. Depois, em geral, damos resposta às questões colocadas, aquelas que são colocadas formalmente e até aquelas que são colocadas informalmente. De uma forma, às vezes, verbal, até, e também, com certeza, e em primeiro lugar de uma forma escrita. Damos publicidade às decisões das deliberações dos órgãos autárquicos, externas, naturalmente, e aos senhores por maioria de razão dado que se trata de avaliar um relatório do grau de cumprimento dos direitos de oposição democrática. Remetemos à Assembleia Municipal todas as atas, todas as reuniões, acolhemos recomendações feitas, na altura da elaboração dos orçamentos temos o cuidado de ouvir partidos políticos e ouvir vários contributos, Presidentes de Junta também e todos aqueles que têm um estatuto de oposição que, neste caso, são o PSD, o Bloco de Esquerda e o Deputado Independente. O estado do Município também passou a ser uma prática que não existia no passado, até, recente. Há uma Assembleia temática que o estado do Município é apresentado também de uma forma muito circunstanciada em que o Presidente da Câmara apresenta as situações.-----

No que diz respeito a Planos e Orçamentos, também já referi que são consultados previamente à apresentação formal nos órgãos desses planos.-----
No que diz respeito a eventos com entidades externas, sejam representantes da Administração Central, sejam outros momentos que tenham nobreza e dignidade nós convidamos os representantes dos partidos de oposição nas cerimónias oficiais. Têm assento na comissão, ainda há pouco tempo o Conselho Consultivo para a atribuição de medalhas municipais e a Comissão de Condecorações, houve reunião, aceitamos até propostas de representantes das forças políticas de oposição, aceitamos, incorporamos, o que também é um bom exemplo de que ninguém tem aqui um espírito fechado e que a nossa atitude é a atitude de ouvir e incorporar, naturalmente, quando se integra aquilo que entendemos ser a linha geral da prossecução do interesse público. Há aqui uma atitude de princípio aberta a ouvir o outro, o outro que tem uma opinião diferente da nossa, mas que escutamos e incorporamos sempre que, naturalmente, haja uma convergência de pontos de vista. E isso acontece, felizmente, muitas vezes.-----
Depois quero-lhe dizer, relativamente, às perguntas que é aquela eterna questão que aqui várias vezes é discutida. No ano passado, no ano de 2020, que foi um ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

difícil para o funcionamento de tudo em geral e os órgãos não escapam a isso, foram feitas, números redondos, para aí umas 50 perguntas. Se existirem, neste momento, 6 que ainda não estão respondidas formalmente ou que damos resposta, porque isso também acontece, mas que não é do agrado de quem perguntou, isso também pode acontecer, são muitas. Em 50, para aí umas 6 perguntas que nos falta responder. Portanto, Senhores Deputados, eu considero que nós temos sido, não digo perfeitos, mas primorosos, isso faço questão de dizer que temos sido primorosos a ouvir e a acolher sugestões e a respeitar os direitos da oposição.---

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que ouviu atentamente o Senhor Presidente da Câmara e contrariamente ao que afirma, eu fiz uma pergunta sobre se as casas eram propriedade da Câmara, a Vereadora Ana Machado esclareceu-me que sim. Eu já fiz parte de uma Cooperativa de Habitação e quando entregávamos as chaves era para as pessoas irem morar para dentro das suas casas. Aqui, infelizmente, ainda não aconteceu, mas vai acontecer e ainda bem.-----

Portanto, em relação ao Relatório da Avaliação do Direito da Oposição, houve um melhoramento em relação a 2019, mas esperávamos mais rapidez e eficiência nas respostas à Assembleia Municipal. Salientar que o agravamento da situação de saúde devido à pandemia prejudicou a participação dos cidadãos nas reuniões públicas da Câmara e Assembleia Municipal só que enquanto as sessões da Assembleia Municipal são transparentes e transmitidas em direto via YouTube, as reuniões da Câmara continuam a ser vedadas ao público e cada vez mais opacas. Este Relatório não reflete a realidade no relacionamento institucional entre a Câmara e Assembleia Municipal, ao qual o Bloco de Esquerda não poderia deixar de vincar nesta Assembleia que o documento de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição não corresponde 100% à verdade. A ligeireza como o documento foi aprovado pela Câmara sem ser devidamente revisto, quanto a nós trata-se de uma cópia do documento apresentado em 2019, com erros graves e imprecisões factuais, com as quais não podemos estar em acordo. Cito, por exemplo, no segundo parágrafo da proposta: "Nesse sentido tenho a honra de submeter à excelentíssima Câmara Municipal o relatório referente ao ano de 2019." Quando deveria ser do ano de 2020. Até a proposta foi copiada do ano anterior. Cita as comemorações do 25 de Abril no seu relatório como se fosse uma iniciativa camarária e até no número de atas da Assembleia Municipal não corresponde à verdade. O protocolo da Câmara funciona umas vezes, outras omite o convite aos membros da Assembleia para determinados atos públicos da iniciativa do Município ou outros dependendo de critérios subjetivos e cito "mas também naqueles que pela sua natureza tal se justificou." Está no ponto 3.3. do

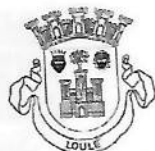


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Direito da Participação. Importa também frisar, Senhor Presidente da Câmara, que ainda não percebeu a Lei e as competências da Assembleia Municipal que é obrigatório a resposta escrita a requerimentos escritos e tem feito tábua rasa e justificação para retardar e fazer esquecer aquilo que tem obrigação de cumprir. As respostas são dadas incompletas, mas o Senhor Presidente considera ser aquelas que acha dar e ainda existem muitos requerimentos por responder. Na reunião da Comissão Permanente com o senhor Chefe de Gabinete recebemos garantias que seria feita uma limpeza ao mapa onde constam todos os requerimentos. Recebemos algumas respostas, remetemos para as atas da Assembleia. Tínhamos confiança que a situação seria ultrapassada, mais uma vez não aconteceu. Só vou citar três casos. Impedimento de circulação no caminho público na Quinta de Umbria, e-mail de 13.12.2019. Eram feitas diversas perguntas e a resposta que veio através de e-mail da sua Vereadora Heloísa é que o caminho em causa, segundo a Fiscalização, era passível de licenciamento e autorização por parte da Câmara, mas essa autorização ainda não foi concretizada via e-mail de 30.11.2020 do Gabinete de Apoio ao Presidente. Será que já está licenciada? Foi aplicada alguma coima? A outra questão era quantas escolas e equipamentos municipais têm cobertura em amianto? A resposta, mais uma vez, vem incompleta. A Senhora Vereadora Ana Machado respondeu que, cito, "das 45 escolas só 1 tinha cobertura em amianto, a Padre Cabanita." Afinal são 5 como consta na página 22 do Relatório do Orçamento de 2021. Quanto aos edifícios municipais continuamos a aguardar pela resposta do e-mail de 04.02.2020.-----

Perguntado quem é que paga a IP (iluminação pública) na zona de Vilamoura, sessão da Assembleia Municipal de 01.06.2020 sobre isso o Senhor Vice-Presidente respondeu que brevemente enviava a resposta. Até hoje continuamos à espera. Como tal, vê, Senhor Presidente, estamos numa ação construtiva e na reunião que efetuamos com o senhor Chefe de Gabinete foram eliminados muitos requerimentos que pela sua ultrapassagem no tempo não se justificava voltar atrás e muitas foram aceites pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda em como já não havia razão para responder porque o tempo já tinha passado.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para referir que sobre o Estatuto de Oposição, permita-me em nota de rodapé, não em rodapé mas talvez em *headline*, ressaltar de que se pode, neste momento, estar a cumprir o Estatuto de Oposição, assim ao abrigo do Regimento, se pode agradecer ao grupo municipal do PSD que muito difícil foi, foi tirada a ferros, mas finalmente constato e fica registado que o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal de Loulé cumpre a Lei e que pouco ou muito, mais elaborado ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

menos elaborado está fazendo, na medida em que é possível. E, portanto, ressalvo essa nota de que foi o grupo municipal do PSD que impôs a este Executivo que se fizesse ou cumprisse o Estatuto da Oposição.

Não há muito a falar pois há muitos requerimentos que estão pendentes de responder, acredito que o Senhor Presidente este ano teve um ano excecionalmente difícil e não sei se terá sido por esta razão que não terá de forma célere e na medida em que esperaríamos todos as respostas aos requerimentos, mas creio que dentro da medida da possibilidade iremos dentro de pouco tempo observar que esses requerimentos sejam todos respondidos e assim também sejam esclarecidos todas as perguntas que estão ainda pendentes.

Pediu para intervir a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que só queria começar por saudar o Bloco de Esquerda por ter feito um pedido para uma atualização do mapa de requerimentos porque acho que vai muito ao encontro desta apresentação deste Relatório de Avaliação que é de facto um relatório muito fraco. Para além de ser fraco, o Senhor Presidente disse, com uma enorme desonestidade, que acolhe as sugestões da oposição. Isso é a maior inverdade, talvez a maior não porque já se ouviram várias inverdades, mas o Senhor Presidente não acolhe, faz de conta que ouve, mas acolher as sugestões da oposição isso não é real. Nem da oposição, nem muitas vezes dos cidadãos e dos municípios de Loulé que fazem de facto sugestões e que não são acolhidas. Portanto, eu acho que este Relatório tem uma grande falta de humildade, acho que, e já foi aqui dito pelos outros colegas deputados, de facto há uma grande falha nas respostas atempadas aos requerimentos e isso é, ou seja, cumprir o Direito de Oposição é responder atempadamente no seu tempo e realmente falham nisso e acho que era com alguma humildade este Relatório trazer isto aqui descrito, essa falha que têm. E depois aqui no Direito de Participação em que dizem no ponto 3.3 que "o Executivo Municipal procedeu atempadamente ao envio de informações pertinentes aos Vereadores de oposição", eu acho que também era interessante deixar aqui a questão se fizeram essa transmissão de informações aos Presidentes de Junta de Freguesia da oposição, em todos os momentos. Porque de facto há algumas situações que nem sempre isso aconteceu e, portanto, também aqui me parece que houve violação desse direito da oposição.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, referindo que fica, de facto, estupefacto quando oiço certas e determinadas coisas, em primeiro lugar, sobre as cerimónias oficiais. Todos nós temos sido convocados ao longo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deste e do anterior mandato para todas as cerimónias oficiais através do Protocolo. No entanto, conseguimos ver que só 2 grupos municipais representados nesta Assembleia é que vão continuamente às cerimónias oficiais que é o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. Não sei se também faz parte dos deveres da oposição estarem presentes e acompanharem a atividade do Município através das inaugurações, através do lançamento de obras, mas de facto realmente nunca estão. Vejo o Senhor Deputado Carlos Martins e outras pessoas do Bloco de Esquerda nessas cerimónias oficiais, vemos, de facto, vários membros desta Assembleia por parte do Partido Socialista em várias cerimónias oficiais, mas nunca vemos nenhum representante do PSD ou do CDS nessas mesmas cerimónias, não sei porquê., algumas delas e não sei porquê, o Senhor Mário Botelho vai dizer daqui a pouco que, realmente, não pode ter ido por trabalho, mas muitas destas cerimónias até são ao fim-de-semana ou até são depois do período laboral. E, realmente, não vemos e é com pena que constatamos este facto.-----

Por outro lado, o Senhor Deputado Carlos Martins falou aqui das respostas incompletas, não sei como é que nós podemos saber que as respostas estão incompletas ou como é que nós podemos afirmar que as respostas estão incompletas quando não conhecemos a totalidade do dossier ou quando não conhecemos a totalidade do trabalho feito pela Câmara Municipal, portanto, eu não sei com que base é que se consubstancia esta afirmação do Senhor Deputado Carlos Martins.-----

Infelizmente, aliás, voltando aqui às cerimónias oficiais, infelizmente este ano e o ano passado teve que haver, devido às situações em que vivemos do COVID-19, teve que haver uma diminuição no que diz respeito ao Protocolo, mas isso também não esperávamos que acontecesse, devido às atuais circunstâncias não podemos estar todos, infelizmente também não podemos estar todos juntos numa sala da Assembleia Municipal ou na Assembleia fisicamente. Portanto, também, é de esperar que realmente não possamos ir todos às cerimónias oficiais.-----

Falando agora no acolher de soluções, como a Senhora Deputada Bárbara Correia afirmou, eu não sei o que é que ela se baseia também, porque ainda há pouco tempo, no ano anterior, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que acolheu soluções oriundas do PSD para a questão do apoio ao COVID-19. Portanto, também não percebo em que é que ela se afirma. Portanto, realmente os direitos de oposição estão a ser cumpridos, nós respeitamos, aliás este é um concelho que respeita a democracia, nós respeitamos a democracia, o Partido Socialista respeita a democracia, é um dos fundadores da democracia e temos feito tudo para que a oposição tenha espaço e para que a oposição participe, agora também não podemos obrigar a oposição a participar, nomeadamente, quando não quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

participar, nomeadamente quando não tem tempo de antena, é o que nós notamos muitas das vezes, quando a oposição não tem tempo de antena não aparece ou não participa, nomeadamente, e agora estou-me a referir ao PSD e ao CDS. E isto é triste de se ver, é triste de se ver uma oposição que só aparece, infelizmente, quando tem tempo de antena e quando existem câmaras a transmitir para o Facebook e para o YouTube.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dirigindo-se ao Senhor Presidente, refere que naturalmente no âmbito do Estatuto de Oposição à semelhança do Relatório do Cumprimento do Estatuto de Oposição, como nas Medidas ao Combate à Corrupção, os relatórios que foram apresentados faz lembrar sempre este princípio, é que o papel aceita tudo, na verdade aceita tudo. A forma como o Senhor Presidente faz o auto elogio e sistematicamente nos brinda e já nos habituou, de nos maçar, de certa forma, e massacrar o tempo que está disponível para o auto elogio e a propaganda é uma coisa constrangedora, na verdade. Porque a Assembleia deve ter um valor muito mais amplo. Deve ser no sentido de ser incisivo sobre as explicações, ser incisivo nas formas que adota para simplificar os processos de acesso à documentação e o Senhor Presidente sabe bem perfeitamente que não é o seu forte a transparência, nem, infelizmente, essa noção de democraticidade entre aquilo que diz e aquilo que faz é todo um imenso mundo, um imenso oceano que faz essa imensa separação. Porque o Senhor, efetivamente, é uma pessoa afável e tem uma narrativa que vai ao encontro da democracia, promoção da democracia, é um democrata com certeza, não tenho dúvida nenhuma, agora a implementação das medidas que permitam os cidadãos de fazer essa verificação, o próprio acesso aos documentos administrativos na Câmara é uma coisa constrangedora, é uma guerra que as pessoas têm que ter com a Câmara. Mas eu compreendo que governar não é fácil, eu compreendo isso, tudo bem, mas também não é necessário é este elogio sistemático despidorado, com o devido respeito, o Senhor Presidente não tem pudor em dizer sobre tudo e mais alguma coisa, a sua prestação que apresenta aos cidadãos em geral.

Quanto ao Senhor Deputado do PS, naturalmente que esta questão de querer efetivamente sempre fazer a defesa do Executivo, eu compreendo que é essa a sua função, inclusivé, é o mandatário dessa função adequado mais ou menos, mas lembro que grande parte dos Deputados do PSD são pessoas que trabalham, mas não trabalham no horário das 9h às 17h, porque o Senhor diz que é no horário pós-laboral, não, isso é para si e para as outras pessoas que estão aí, mas a maioria dos deputados da oposição não é assim, não têm horário de vida pessoal, trabalham para lá dessas horas, trabalham aos fins-de-semana e muito mais do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que pode imaginar. Eu compreendo que ainda é jovem, não percebe o que é que é a vida de um trabalhador, empresário ou outros dessa natureza, compreendo perfeitamente, mas não confunda aquilo que é a sua noção de poder conviver com a política, que deve ser a sua ambição, com aquilo que são os cidadãos que efetivamente pretendem fazer uma representação da sociedade em que vivem e utilizam a política para fiscalizar e ajudar a melhorar a vida de todos nós. É o que nós fazemos. O Senhor deve ter uma carreira política, compreendo, desejo-lhe boa sorte, mas não é essa a nossa intenção. De um modo geral o que eu entendo é isto, Senhor Presidente da Câmara, os relatórios devem ser mais realistas, mais sérios porque passar só *ipsis verbis* um conjunto de conversas que pretendem só preencher papel não dignifica a democracia, nem o seu papel, nem a sua função, Senhor Presidente.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, sobre este ponto, relembrando um provérbio que é "bem prega, Frei Tomás." E gostaria de perguntar se a oposição anteriormente quando estava no poder se lembrava de levantar a bandeira deste Estatuto da Oposição. Eu não me recordo disso e assisti a algumas Assembleias. Também relembrava que este Executivo abriu todas as reuniões de Câmara ao público, coisa que não acontecia no tempo que os Senhores estavam no poder da Câmara Municipal de Loulé. Outra questão, que eu me recordo e agora temos essa facilidade podemos recuar atrás nas Assembleias, pois elas estão todas gravadas e são todas transmitidas online, a oposição faz o seu trabalho, naturalmente, e como o Senhor Deputado João diz muitas vezes é fiscalizar a Câmara e tem a sua opinião e devem fazê-lo até de uma forma veemente e apresentando propostas, mas eu tenho assistido, e se calhar sou eu que não vejo da forma mais correta, tenho assistido a uma crítica constante muitas vezes a roçar já não a crítica, mas a insinuação pessoal na pessoa do Senhor Presidente muitas das vezes, tal como aconteceu agora aqui na intervenção. Penso que não lhe dignifica nada a política, nem o próprio Estatuto da Oposição.-----

Outra coisa que eu gostaria de perguntar, pois tenho curiosidade, é quantas sugestões é que o PSD fez construtivas para englobar, não sei se têm essa contabilidade das sugestões que têm feito ou os documentos, se tivessem essa informação é que eu só tenho visto crítica e agradeço agora aqui o trabalho feito pelo Senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, que fez uma leitura atenta, detetou algumas gralhas que existiam no documento e, certamente, o Executivo irá alterar aquilo que deve ser alterado. Fez aquilo que é o seu trabalho, que é apontar, sugerir e alterar. E é isso que o Executivo irá fazer. Mas já agora digam-me lá quantas propostas fizeram, se fosse possível terem essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contabilidade e já agora se no tempo do PSD, para as pessoas que estão em casa também ouvirem, as reuniões de Câmara eram abertas como estas reuniões de Câmara estão abertas desde que este Executivo está. São 2 perguntas para não se esquecerem, o número de sugestões que tiverem e se as reuniões de Câmara eram abertas ao público também como estas estão a ser feitas.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, começando pelo fim, dizendo ao Senhor Deputado Márcio Fernandes, quanto às reuniões de Câmara nós estamos aqui na Assembleia Municipal, nem faço ideia se elas teriam, obviamente, de ser públicas, como qualquer reunião de um órgão numa instituição são públicas por natureza, se alguém nos deixava assistir provavelmente estaria a violar a lei. Se não disseram nada é porque estavam coniventes com ela, portanto, não poderei precisar ou falar sobre isso, mas é facto assente que os Senhores Deputados do Partido Socialista têm uma tendência absoluta em falar do passado, em vez de olharmos para o presente para corrigir o futuro, olhamos sempre para o passado. Haveria muito para falar do passado, mas a mim o passado pouco me interessa, interessa-me o futuro deste Município e o futuro do bom andamento desta Assembleia Municipal que faço parte. Nesse sentido, se as reuniões de Câmara não eram na altura públicas, pois os Senhores Deputados ou os Senhores Vereadores que estariam presentes deveriam ter denunciado esse facto se, eventualmente, se estaria a violar a lei ou não.-----

Quanto às sugestões que esta bancada tem feito, têm sido muitas, muitas sugestões, muitos pedidos, muitas reclamações, obviamente que a maior parte delas não são atendidas porque este Executivo tem tido nestes últimos 2 anos um excesso de trabalho e, claro, alguma coisa terá ficado para trás e obviamente que será sempre os requerimentos, as sugestões que os partidos políticos nesta Assembleia fazem.-----

Quanto ao Senhor Deputado Abel Matinhos, bom, eu nem sei se o Senhor Deputado Abel Matinhos conhece a Lei 24/98 de 26 de maio, mas no artigo 4.º diz direito à informação, no artigo 5.º direito à consulta prévia, no artigo 6.º direito de participação, artigo 7.º direito de participação legislativa, no artigo 8.º direito de pôr em comissões. Eu não vi aqui nenhuma obrigatoriedade de algum deputado ou algum membro do Estatuto de Oposição tenha que estar presente em alguma cerimónia oficial, nem percebo a comparação que faz uma coisa com a outra. Entre a prerrogativa que assiste a um deputado ou algum membro dos partidos de oposição em estarem presentes ou não quererem estar presentes. Isso é uma prerrogativa que lhes assiste, não vejo nenhuma obrigatoriedade, nem percebo qual é a ilação que poderá tirar daí. Obviamente será um *fait-divers* para se perder tempo, obviamente, eu até o aconselharia que olhasse melhor para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Estatuto da Oposição antes de tomar alguma consideração sobre essas prerrogativas. Portanto, deixo aqui esta notazinha que, na realidade, não vejo nenhuma obrigatoriedade em algum momento, algum deputado da oposição tenha que estar presente em algumas das eventuais cerimónias públicas.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que em resposta o Senhor Deputado João Conceição, eu tenho que lhe dizer uma coisa bastante concreta, todos nós temos a nossa vida para além da política e para além das funções que exercemos enquanto membros desta Assembleia. Aliás, tenho que lhe dizer uma coisa para que não reste dúvidas. Eu não sou funcionário público, não tenho qualquer tipo de vínculo para com a Função Pública e ninguém da minha família tem qualquer tipo de vínculo para com a Função Pública, nem são funcionários públicos. Portanto, nós todos temos a nossa vida, como já disse, para além da política e para além das funções que exercemos nesta Assembleia. Mas também, penso eu, e penso que é um dos deveres dos eleitos municipais e dos eleitos que é o de acompanhar aquela que é a atividade municipal. E eu pergunto-me como é que um eleito municipal acompanha a atividade do Município se não aparece nas cerimónias oficiais? Se não participa nos eventos, se só vem e só fala, só diz certo tipo e determinadas coisas quando estas sessões são transmitidas para YouTube e para as redes sociais, penso eu. Bem, com isto penso que disse tudo, acho que não ficou nada por dizer, mas eu acho que nós enquanto eleitos representamos um sistema democrático e temos que elevar este sistema e esta oposição, nomeadamente, o PSD e o CDS muitas vezes fragilizam com estas intervenções que têm nesta Assembleia Municipal fragilizam o sistema democrático e a democracia.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, querendo ser telegráfico, muito rápido. Naturalmente que o conceito de oposição vertido neste Estatuto ou no Estatuto de Oposição em geral, não se coaduna com algumas ideias e, eventualmente, particularidades de pessoas, naturalmente, pela sua jovialidade, não têm bem noção, porventura, ou têm a sua própria noção, que são sempre respeitáveis, em relação ao que é o conceito de oposição e aquilo que cada cidadão entenda ter sido eleito para fazer essa mesma oposição. Naturalmente que os eventos que são promovidos pela Câmara, na nossa opinião, são muitas vezes eventos de propaganda. Entendo eu que também com a dignidade que têm, uns mais outros menos, naturalmente muita assistência e de grande interesse público, outros com menos, que diz respeito a todos os cidadãos interessarem-se. Naturalmente se nós não temos esses meios para lá chegar é um problema que nos assiste. Quanto à questão, de um modo geral, de críticas vertidas aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

questão da dignidade nesta Assembleia e nestes órgãos, diz respeito essencialmente na forma como se abordam as questões e o respeito que temos pelo tempo que nos é concedido. Naturalmente que daquilo que nós vimos de todo o momento que cá estamos é exatamente o Senhor Presidente da Câmara que esgota sempre o tempo e uma grande parte das vezes para fazer, essencialmente, propaganda das suas matérias que trata na gestão do seu Município. Tem o direito de o fazer? Tem o direito de o fazer, mas provavelmente não será a forma mais correta de informar os cidadãos e tratar matérias com dignidade e respeito que aqui passado ser tratadas com a opção. Não queiram é que a oposição funcione em função das ideias do poder eleito que é do Partido Socialista, compreendam. Peço, apenas, pelo menos, que mudem o disco, passam a vida a dizer que a "oposição assim, a oposição assado", a oposição não tem que ajudar a governar. Os senhores têm quase dois terços dos eleitos, não têm que a oposição ir fazer nada para facilitar ou melhorar a vida da governação. Não é isso, não é a função da oposição, oposição é opor-se. Compreendido?-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para deixar 4 notas muito sucintas. Uma delas é que o Executivo Municipal tem cumprido o disposto no Estatuto de Oposição, os deputados municipais do grupo municipal do PS não encontram questões de maior do ponto de vista do incumprimento do Estatuto e da disposição legal que o suporta. Falando no presente, uma questão aqui que foi levantada, eu não digo o nome dos deputados pois eu não dou propaganda, não faço propaganda, nem cito o nome dos deputados que me antecederam. Numa intervenção que me antecedeu falava-se no passado e os deputados municipais do PS só falam no passado. Os factos evidentes, Senhores Deputados, neste momento, no presente, todas as sessões de Câmara são públicas.-----
Segunda questão, Senhores Deputados, a par do que surge na região do Algarve, e é o espaço geopolítico onde nos inserimos, a região do Algarve, ressalvo região com muito orgulho e muito vigor que um dia será, a região do Algarve de todos os municípios nós somos o primeiro a transmitir pelo YouTube as sessões da Assembleia Municipal. São evidências, Senhores Deputados, do que acontece do ponto de vista da transparência e do que acusam a Câmara Municipal, acusam o Executivo Municipal suportado pelo Partido Socialista.-----
No grupo municipal do PS há quem trabalhe, há quem estude e infelizmente ainda há poucos empresários, mas os empresários estão connosco com as políticas de apoio que nós temos dado, mas o que vos quero dizer é que o facto de a nossa disponibilidade é uma disponibilidade de serviço público independentemente do que cada um faz, se são aposentados, se trabalham, se estão no ativo ou se têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

outras funções. Seguramente somos gente de bem e bons costumes. E é esta a honra que tenho aqui de salvaguardar. E mais uma vez, para encerrar a minha intervenção, deixar aqui uma nota que nós estamos a ser auditados pelos nossos concidadãos, nós temos que na nossa intervenção política a ser algo pedagógicos. A democracia faz-se com a situação com o poder e com a oposição. E penso que em qualquer circunstância em que nós estejamos, tivemos também na oposição muitos anos, estamos no poder agora, com certeza, e isso um democrata tem que encarar a sua situação na oposição e no poder da forma que são os seus valores. E no Partido Socialista existe nestes valores e estamos a praticá-los. Portanto, não encontramos aqui grandes questões que vossas excelências ao longo de quase este período deste mandato levantaram, até tiveram o atrevimento de uma moção de censura, veja-se bem, uma questão que não lembra, eu não digo porque não acredito no diabo, penso que nós no nosso espírito de servir, o Executivo com as provas estão no terreno, com os 2 anos difíceis que todos tiveram, penso que cumprimos. Cumprimos e estamos aqui disponíveis para com os nossos concidadãos os servirmos, tal como serviu o Governo da República, tal como o Presidente da República em que toda a gente apostava que não conseguia dar conta da situação do ponto de vista da pandemia e, portanto, penso que cumpriu, fez o que é possível e essa é a nossa matriz e a nossa matriz é servir com os nossos valores e os nossos princípios, independentemente do que aconteça. A política não é uma ciência exata, Senhores Deputados. A política não é uma ciência exata, é feita por homens e mulheres e têm princípios, têm valores e, eventualmente, têm desvios e erros, mas isso faz parte do ser humano. De maneira que sugiro sempre esta questão, nós aqui temos que dar contributos e os contributos tanto dá a situação como dá a oposição. Devem é fazê-los de forma, é a minha opinião, mais cordata possível e não fazendo juízos de carácter e ilações de carácter que são feitos aqui muitas vezes de forma que não é merecida para quem está a trabalhar, nem para nós, isso não nos honra a nós, os nossos munícipes não gostam das atitudes, já vos disse várias vezes, a gente vê o canal da Assembleia da República, vê aquele conjunto de debates e as pessoas fogem da política, até pela atitude dos políticos, da nossa atitude. Penso que devemos ter esse dever, temos que fazer esta escola.-----

Pedi para intervir a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, referindo que como já é um bocado antiga nisto recorro os últimos 15 anos de vida tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal. E quando oiço estes jovens deputados, e peço desculpa de chamar jovens, mas é um elogio para muitos deles, fazerem determinadas afirmações, desconhecendo completamente o que foi o ambiente de trabalho que se vivia há uns anos atrás, eu a certa altura não consigo ficar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mesmo calada. Não quero banalizar o discurso, não quero vir para trás, mas posso-vos dizer que enquanto Vereadora, que fui 5 anos, foi muito difícil nós chegarmos ao ponto de ter acesso aos documentos que eram necessários para participarmos nas reuniões de Câmara Municipal. Foi preciso lutar, lutar à séria, coisas que os senhores não fazem a mínima ideia do que é que eu estou a falar, com certeza, a não ser quem foi desse tempo. Por outro lado, nunca ouvi falar em relatórios de Estatuto de Oposição, nunca. Relatórios nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal, não ouvi. Talvez estivesse distraída porque, entretanto, tinha que fazer o trabalho como Secretária da Mesa. Portanto, o que vos quero dizer é que a mudança que tem havido nestes últimos anos é absolutamente extraordinária em termos de participação. As pessoas agora participam livremente, dão-se ao luxo de jovens acabados de se licenciarem dizer ao Presidente da Câmara e para nós todos que são inverdades o que está escrito, às vezes sem fundamentação, porque a verdade de um às vezes não é muito igual à verdade do outro, são opiniões, podem dizer é que são opiniões e não inverdades. Porque é complicado dizer-se que é uma inverdade de algo que está escrito no Relatório e porque temos que separar aquilo que é factual daquilo que é opinião. E, portanto, misturamos muitas vezes o que é opinião e o que é factual. Mas de qualquer maneira o que vos quero dizer é que a evolução desta Assembleia, a evolução da oposição tem sido extraordinária e se vivem em democracia agora, eu acredito que se vive muito mais em democracia agora do que eu vivi em 2005 e 2010, até 2015 ou 2014, completamente diferente. E do que eu vivi desde jovem estudante a correr à frente dos polícias. Eu posso-vos de dizer, Senhores Deputados, que é preciso cuidado no que se diz porque é ofensivo para quem viveu uma vida, digamos, de procura da verdade, da procura do bem, da procura de fazer o melhor e não fica bem, não se sente bem a ouvir afirmações que são demagógicas, que são inclusivamente violentas, que são de uma arrogância, por vezes, que não é bom estatuto de oposição fazer este tipo de coisas.-----

Pediu para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que será muito rápido, pois esta discussão já vai longa, confesso que tal como a maior parte do público acho que já me perdi no que é que estamos verdadeiramente a discutir e, até porque é estranho que a oposição acuse o Executivo e a Câmara daquilo que ela tem que fazer a trabalhar e a promover o seu trabalho e que às vezes nós acusemos a oposição de fazer aquilo que é o seu trabalho que é fazer a oposição, criticar, ver o que é que está menos bem e ajudar a quem está no poder a ser melhor e realmente parece-me que melhor ou pior, às vezes não com os melhores termos, todos temos cumprido isso. Portanto, acho que esta discussão não vai muito mais longe. De qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

forma só pedi para intervir porque queria clarificar uma coisa porque nestas discussões sobretudo e porque temos pessoas a assistir convém e já que falamos tanto em verdade então que a verdade seja dita. Foi dito aqui que as reuniões dos órgãos são por inerência públicas e que quem não cumprir estaria a faltar à Lei. Eu gostaria de chamar a atenção para o artigo 49 da Lei 75/2013 que diz que efetivamente as sessões dos órgãos deliberativos das Autarquias locais são públicas, mas também diz no seu número 2 que os órgãos executivos das Autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando com as devidas adaptações o disposto na parte final, etc., etc. Ou seja, não é verdade que todas as reuniões da Câmara têm que ser públicas, no entanto, é opção deste Executivo que o sejam e é bom que isso fique escrito e que seja bem dito para toda a gente perceber. E quanto a transparências estamos falados.-----

b)- **Eleição de 2 Deputados Municipais**, sendo 1 deles, Presidente de Junta de Freguesia, para **integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL)**, no Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género(CIG);-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, sugerindo que pela sua importância e pelo documento em si pela grandeza da elaboração do documento e dimensão, o documento são 216 páginas, salvo erro, aquilo que nós propunhamos é que este assunto fosse retirado e transferido para uma sessão temática onde realmente houvesse mais tempo para prepararmos a análise deste documento, que é realmente um documento que está muito bem elaborado, que corresponde às perspetivas do Bloco que tem sobre esta matéria e que se calhar seria juntamente com a tal sessão temática que a Câmara quer fazer poder-se-ia até encaixar porque isto é tudo ambiente, é tudo alterações climáticas e podíamos encaixar numa sessão temática.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que este ponto de ordem está em discussão e propôs que antes de ouvirmos a discussão das bancadas que, eventualmente, perguntássemos ao Executivo Municipal que é quem colocou o assunto como é que interpreta esta proposta.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que a proposta que eu faço é uma proposta verbal dirigida ao Executivo Municipal. E se o Executivo Municipal aceitar a proposta como válida, opta por pedir a retirada do documento, se optar que deve continuar pois nós estamos cá para a discutir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu que não há aqui nada de urgente a aprovar, portanto, eu até considero útil mais algum tempo até para que os Deputados possam conhecer o documento porque vale a pena e, de facto, podemos tal como o Deputado Carlos Martins sugere incluir numa próxima Assembleia temática onde podemos apresentar toda a nossa política climática e de sustentabilidade que verdadeiramente é um dos nossos grandes pontos fortes e nunca apresentamos na Assembleia Municipal.-----

Foi dada a palavra ao grupo municipal do PSD, na pessoa do Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que referiu que sendo que isto é uma prerrogativa do Executivo e já vimos que o Senhor Presidente anuiu esta possibilidade de se passar esta proposta para uma Assembleia temática, nós obviamente não obstamos a nada que possa eventualmente prestar um maior esclarecimento aos munícipes e aos deputados sobre uma área tão importante como é o ambiente.-----

Foi dada a palavra ao grupo municipal do CDS, na pessoa do Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referiu que também consideram benéfico o adiamento desta proposta, dar mais tempo para estudar o documento.-----

Pediu para intervir a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que o líder da bancada já se pronunciou e concordo plenamente, mas eu só queria saber se nessa sessão temática sobre este assunto que de facto é de grande importância se o Executivo está disposto a acolher sugestões, também propostas, que eu até tinha aqui hoje algumas delas para indicar neste âmbito. Se é um documento fechado, é isto que eu quero dizer.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que respondeu se há matéria que tem tido preocupação de ouvir os partidos políticos e a sociedade civil é esta matéria de política ambiental, de sustentabilidade e de plano de ação climática. Aliás, não sei se o PSD tem participado num organismo que se chama Comissão Local de Acompanhamento que é uma comissão muito alargada que reuniu já várias vezes no âmbito da monitorização da nossa estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, confesso que são tantas pessoas que comparecem às reuniões que não sou capaz de lhe dizer se os representantes do PSD têm estado ou não presentes, mas na verdade há muita gente a participar. Se não nos fizer atrasar muito os documentos porque é que não pode fazer? Pode fazer chegar já qualquer proposta, quanto mais cedo melhor e nós analisamos e, com certeza, se versar matéria que nós nos tenhamos esquecido ou que não tenhamos abordado suficientemente com a profundidade que deve ter, com todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o gosto acolheremos as suas propostas. Eu faço-lhe a sugestão, pode enviar diretamente para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que nos fará chegar e com todo o gosto vamos analisar e responder.-----

d)- Proposta 27/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Relatório Final do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática de Loulé (a) e Aprovar a Adesão ao pacto dos Autarcas para a Energia e Clima (b); [Proposta da Câmara Municipal n.º 291-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Depois de ponderadas as posições dos grupos municipais, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que existe consenso e, por isso, passamos para a alínea e), não sendo posta à discussão a alínea d).-----

e)- Proposta 28/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação das Taxas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 556-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, referindo que se trata de uma alteração ao regulamento e tabela de taxas e licenças, como foi referido, para a incorporação de todas as taxas referentes à transferência de competências no âmbito do Decreto de Lei 97/2018, portanto, estamos na presença de um documento em que já foi feito o devido estudo económico e com a inserção de todas as taxas que advém daquelas que antigamente eram praticadas pela Autoridade Marítima Nacional, incluindo, a taxa de recursos hídricos para que a partir desta aprovação do dia de hoje possa seguir os trâmites para discussão pública e depois a devida aprovação novamente com as devidas ponderações se houver algumas sugestões, a devida aprovação em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Estou ao dispor para qualquer esclarecimento.-----

Pedi para intervir o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), referindo que aquilo que querem dizer sobre esta matéria é que não temos uma informação que nos leve a comparar os preços dos atos praticados atualmente pelas outras entidades para deduzirmos se os preços agora propostos são exagerados ou reduzidos. Não sei se há algum estudo económico, não sei se o Vereador Carlos do Carmo falou de um estudo económico, gostaria de saber se existe. Por outro lado, acho que poderiam e deveriam ter apresentado junto com esta proposta ter apresentado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um estudo económico. Eu acho que não consegui vê-lo, se calhar está junto ao documento, mas não consegui vê-lo. Como se trata de um projeto que vai para discussão pública seria importante promover reuniões com as associações do setor para esclarecimento dos objetivos e das taxas porque realmente estão aqui taxas que são muito elevadas que poderão não ser bem compreendidas com esta aprovação assim à pressa. Isto agora vai para discussão pública, essas entidades se quiserem podem participar e os partidos também, poderão propor alterações, é uma competência nova para a Câmara, eu acho que é uma competência que vai disciplinar em matéria de ocupação do espaço que é as praias, essencialmente, onde a Câmara vai arrecadar certamente uma boa receita e que julgo que deverá seguir os trâmites legais porque nós realmente somos a favor da aprovação deste projeto.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que relativamente à documentação, ao estudo que é feito, dizer ao Senhor Deputado Carlos Martins que faz parte dos documentos que acompanham a gestão do processo, a partir da página 5 do ficheiro que tem esta intervenção, aliás, é condição essencial para, isso é obrigatório.

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, uma das questões o Senhor Presidente já respondeu, de facto faz parte da proposta o estudo económico-financeiro, aliás, peça essencial para a alteração ao regulamento de taxas e licenças e dizer também que da análise que foi feita, com a equipa que elaborou esse mesmo estudo e a equipa técnica da Câmara Municipal em comparação com a portaria que detém e que eu posso fazer chegar ao Senhor Deputado, aliás, posso fazer chegar à Mesa para que distribua por todos os Senhores Deputados a Portaria que detém todas as taxas que anteriormente eram praticadas pela Autoridade Marítima que em tudo são idênticas às que estão aqui a ser apresentadas nesta Proposta de alteração. Portanto, eu assim farei chegar à Mesa essa Portaria.

Passou-se à votação;

e)- **Proposta 28/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação das Taxas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 556-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à consideração a apresentação conjunta das três alíneas f), g) e h), recebendo a concordância de todos.-----

f)- **Proposta 29/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas (INFRAMOURA, E.M); [Proposta da Câmara Municipal n.º 438-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

g)- **Proposta 30/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRAMOURA, E.M); [Proposta da Câmara Municipal n.º 439-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

h)- **Proposta 31/2021 - Deliberação relativa a Aprovação do Contrato-Programa e de Gestão Delegada com a Inframoura, E.M, de acordo com o art.º 47.º, n.º5 da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 487-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Para a apresentação destes pontos, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que as alíneas f) e g) são alterações ao Regulamento, um dos serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas e a outra de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos nas áreas que são, neste caso delegadas pelo Município de Loulé na empresa municipal Inframoura, nomeadamente a zona de Vilamoura e Vila Sol. Em relação a estes 2 regulamentos é de salientar a introdução daquilo que não estava previsto nesses regulamentos que é a introdução do tarifário social e das famílias numerosas que nesta parte do território não estava consubstanciado nestes 2 regulamentos. As outras, e esta é a parte mais fundamental, todas as outras alterações que estão aí para discussão pública todas elas referem-se a nomeadamente alterações legislativas que se tiveram que se atualizar nestes regulamentos, sendo que no caso de gestão dos resíduos urbanos estamos a falar da introdução da taxa de gestão de resíduos, aliás, recomendada por legislação por parte da entidade reguladora a ERSAR e outro o novo capítulo relacionado com a limpeza urbana. Portanto, são atualizações, mas a nosso ver aquilo que é fundamental pelo aquilo que atravessamos hoje em dia é a introdução do tarifário social das famílias numerosas, para nós é substancialmente relevante nesta alteração destes 2 regulamentos para discussão.-----

A alínea h) que se refere ao Contrato-Programa e gestão delegada com a Inframoura é a terceira empresa municipal que conclui este processo, ou seja, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Infralobo e a Infraquinta terminaram este processo há relativamente pouco tempo em relação aos contratos-programa e de gestão delegada que é uma das obrigatoriedades por parte da entidade reguladora de apresentação ao nível do Plano de Gestão Estratégica, ao nível do Estudo de Viabilidade Económico-financeira e Plano de Investimentos para os próximos 15 anos, com relevância de que ao fim de 5, ou entretanto, podem ser revistos. Portanto, é uma obrigatoriedade por lei, os anexos todos estão consubstanciados aí mesmo, entendeu a Câmara Municipal levar a este órgão deliberativo este Contrato-Programa e Gestão Delegada e que entendemos que já tem o parecer favorável naquilo que são as alterações por parte da Entidade Reguladora e, portanto, tudo aquilo que tiverem de questões relacionadas sobre esta matéria também estaremos disponíveis. Relevar, também, em relação a esta alínea h) e em relação ao contrato de gestão Contrato-Programa e gestão delegada, como podem ver nos anexos em relação à evolução tarifária desta empresa municipal é que ela terá uma redução daquilo que é a tarifa aplicada por parte desta empresa municipal em relação às atividades que exerce nomeadamente em relação à água, saneamento e resíduos na sua evolução a médio-longo prazo. Também é relevante, tal como nos regulamentos a questão do tarifário social e das famílias numerosas, aqui a questão da redução do tarifário ao longo do tempo que está a ser previsto que é 15 anos, que é aquilo que também é uma recomendação e como nós sabemos as recomendações da ERSAR têm quase carácter vinculativo do ponto de vista daquilo que deve ser exercido.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que se trata de uma alteração para dar cumprimento ao novo enquadramento legal que irá beneficiar muitas famílias com fracos rendimentos e será aplicada uma nova tarifa que será a nova taxa social e uma nova tarifa para as famílias numerosas, com as quais nós estamos a favor. Em relação à alteração do Contrato-Programa Gestão Delegada, aquilo que nós vimos é realmente uma redução anual de 3% da comparticipação financeira do Município em comparação com os contratos-programa da Câmara já celebrados e que envolvem também o Contrato-Programa do Passeio das Dunas. Aquilo que nós perguntamos é qual é a compensação financeira prevista para este ano e seguintes, qual é o valor destes 3% e se inclui o Passeio das Dunas a partir de 2022. É isto pergunto porquê? Dado que a Junta de Freguesia de Quarteira assumiu as competências de gestão neste espaço e noutros espaços de Quarteira, se realmente isto a partir de 2022 passa para a gestão da Junta de Freguesia de Quarteira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que em relação à última parte todas as áreas que estão delegadas na empresa municipal continuam a ser exercidas pela empresa municipal, foi isso que fez parte do acordo de transferência de competências.-----

Em relação aos custos associados, atenção que aqui estamos a falar, apesar de ter o mesmo nome, estamos a falar do Contrato de Gestão Delegada do ponto de vista daquilo que são as alterações quer do investimento, quer da estrutura tarifária. O Contrato-Programa vem a esta Assembleia que é a comparticipação do Município de Loulé na empresa municipal e nesta e noutras, vem sempre a esta Assembleia no início de cada mandato ou quando há uma alteração daquilo que, eventualmente, alguma situação que possa ocorrer. Nomeadamente, já veio a esta Assembleia a alteração do Contrato-Programa da Inframoura para os anos de 2020-2021 derivado da perda de receita da outra parte delegada, nomeadamente, das taxas referente à isenção das esplanadas. E, portanto, dessa parte houve uma comparticipação maior, acrescida, para os anos de 2020 e 2021, daquilo que foi anteriormente consubstanciado. Os 3% têm a ver com o Contrato-Programa original em relação ao mandato anterior e, portanto, a redução que está aí é consubstanciada de 2017 a 2021, mas, entretanto, houve uma alteração do Contrato-Programa derivado do impacto da pandemia COVID e das decisões tomadas pelo Município e do qual a empresa municipal seguiu, mas teve perdas de receita substanciais em relação a isso. Com a permissão do Senhor Presidente da Câmara, queria relevar dar a palavra perante esta Assembleia e a todos aqueles que estão a ouvir o papel fundamental do Senhor Presidente do Conselho de Administração Engenheiro José Miguel na formulação destes documentos não só no trabalho que fez em relação ao plano de investimentos de futuro, mas também de todo o trabalho de regularização atualização e de licencição desta empresa municipal naquilo que é um papel fundamental numa área de extrema relevância e turística. E, portanto, queria deixar também aqui uma palavra pessoal e de gratidão em relação à forma como foi todo este processo gerido por parte do Senhor Presidente do Conselho de Administração Engenheiro José Miguel.-----

Passou-se à votação;-----

f)- Proposta 29/2021 - Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas (INFRAMOURA, E.M): [Proposta da Câmara Municipal n.º 438-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

g)- Proposta 30/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Alteração do Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRAMOURA, E.M); [Proposta da Câmara Municipal n.º 439-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade. -----

h)- Proposta 31/2021- Deliberação relativa a Aprovação do Contrato-Programa e de Gestão Delegada com a Inframoura, E.M, de acordo com o art.º 47.º, n.º5 da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 487-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

i)- Proposta 32/2021- Deliberação relativa ao Modelo de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa, nos termos do artigo 33.º, n.º1, alínea a) da Lei n.º75/2013, de 12/09; n.º [Proposta da Câmara Municipal n.º 686-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto foi cedida a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, referindo que se trata da aceitação por parte do Município de Loulé da competência na área de gestão do Parque Natural da Ria Formosa e de acordo com aquilo que ficou definido esta proposta também vem no sentido de solicitar formalmente ao ICNF que adote o modelo de cogestão para o Parque Municipal e que delega essa cogestão no âmbito da AMAL, portanto, é algo que já foi concertado com os municípios que são abrangidos pelo Parque Natural da Ria Formosa e esta proposta vem nesse sentido da implementação do modelo de cogestão do Parque Natural da Ria Formosa e com a participação do Município também no Conselho Estratégico deste Parque.-----

Pedi para intervir o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), referindo que esta proposta é no seguimento do quadro das novas transferências de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi aprovado o seu modelo cogestão das áreas protegidas que concretizam o princípio de participação dos órgãos nesta gestão. Trata-se de um modelo diferente de gestão onde os municípios passam a ter lugar e delegam na AMAL a participação da gestão financeira que já aprovou o modelo. A Câmara de Loulé delega na AMAL. Tenho algumas preocupações quanto às implicações futuras e na gestão de interesses e de proteção do meio ambiente nesta zona. Não sei quem foi o Município que irá fazer parte deste elemento de cogestão e essa é uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

perguntas que eu gostaria de saber, quais são as entidades já definidas que vão fazer parte desta administração por cogestão.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder que o modelo de cogestão implica que todos os municípios façam parte do Conselho Estratégico do Parque Natural da Ria Formosa e haverá depois um Município que será o responsável pela coordenação desse Conselho. Em vez de cada um dos municípios ficar responsável pela sua área que ficar adstrita, haverá um modelo integrado de gestão do Parque Natural da Ria Formosa, modelo que será implementado e está a ser implementado um pouco por todo o país no âmbito dos Parques da Ria Formosa. Se houver alguma questão Senhor Deputado, como referiu que tinha algumas preocupações pode-nos fazer chegar que nós no âmbito da nossa participação no Conselho Estratégico podemos analisar e debater com os outros municípios.-----

Passou-se à votação:-----

i)- **Proposta 32/2021 - Deliberação relativa ao Modelo de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa**, nos termos do artigo 33.º, n.º1, alínea a) da Lei n.º75/2013, de 12/09; n.º [Proposta da Câmara Municipal n.º 686-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Carlos Martins (BE).-----

Passou-se à alínea seguinte;-----

j)- **Proposta 33/2021 - Deliberação relativa ao Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06 - Quinta do Lago (Almancil)**, após audiência de interessados e consulta pública [Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu considerar-se impedido de participar nesta discussão.-----

Para a apresentação deste ponto foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que já foi a discussão pública, já é a parte final do processo, o projeto-regulamento já veio a esta Assembleia, já foi devidamente discutido, daquilo que nós apresentamos é, de facto, a parte do Relatório de Audiência de Interessados do qual não houve alteração, nem houve propostas daquilo que foi o projeto de regulamento a discussão pública para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

regime de estacionamento tarifado na zona da Praia do Ancão, em frente ao Dois Passos, naquilo que foi uma reabilitação por parte da Polis juntamente com a Câmara Municipal de Loulé e devido a esse ordenamento, por assim dizer, daquilo que se pretende de estacionamento nesta zona.

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo ter uma dúvida que é o artigo 3.º do período de funcionamento e taxas, nomeadamente no Parque de Estacionamento do Ancão. Portanto, da forma como está aqui apresentada pode levar a muitas interpretações por parte da Loulé Global. É que, segundo sei, naquela zona existem três parques e um dos parques ficou reservado para ser gratuito, portanto, de acordo com o mapa que foi enviado da discussão do assunto do projeto, da forma como está aqui apresentado pode-se confundir e interpretar que é toda a zona dos parques todos que estão lá, que são três parques. Portanto, concordo plenamente com o período que seja de 1 de junho a 30 de setembro, porque é a altura que realmente é de maior afluxo, o valor da taxa não fui ver, mas acho que deve ser bem pago e que no restante período seja tudo gratuito.

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que ainda bem que o Senhor Deputado Carlos Martins solicitou o esclarecimento, porque a área tem a ver com a área da intervenção da Loulé Concelho Global. Ou seja, a Loulé Concelho Global também é responsável pela sinalização e pelo controlo em relação às regras do Código da Estrada em toda essa zona, sendo que essa zona é gratuita do ponto de vista daquilo que é a aplicação do tarifário. Acrescentava também, que é uma parte importante, é que houve também uma apresentação do projeto aos restaurantes desta zona e, nomeadamente, à empresa municipal e aos acionistas de toda essa área foi apresentado o projeto de estacionamento tarifado dessa área, ao qual concordaram logo de imediato por esse ordenamento e por esse aumento de segurança que está associada e, portanto, há também este papel que acho que é importante relevar aqui nesta Assembleia.

Passou-se à votação:

j)- **Proposta 33/2021 - Deliberação relativa ao Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06 - Quinta do Lago (Almancil)**, após audiência de interessados e consulta pública [Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 34



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

votos a favor e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).-----

Passou-se às alíneas seguintes;-----

k)- Informação relativa a Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) aprovação de início de Procedimento e Aprovação dos termos de referência; [Proposta da Câmara Municipal n.º 358-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Informação relativa à Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) aos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), início do procedimento, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, na sua atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de Janeiro e na alínea b), do n.º 1 e nos números 2 a 4 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio [Proposta da Câmara Municipal n.º 346-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que no início da Sessão o Senhor Vice-Presidente informou-o que a apresentação das alíneas k) e l) seriam feitas pela Senhora Vereadora Heloísa Madeira e que ela iria recorrer a uma apresentação em suporte digital para acompanhar a apresentação.-----

Para a apresentação das alíneas, foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, referindo que este primeiro ponto da alínea k), eu não me vou socorrer de nenhum PowerPoint para fazer o acompanhamento até porque penso que não é necessário. Trata-se de um assunto que já foi apresentado na Comissão Especializada de Ordenamento do Território e Urbanismo da Assembleia Municipal e é para dar nota do início do procedimento da alteração regulamentar necessidades de desenvolvimento de alguns projetos que nós consideramos estratégicos para o concelho e que visam a título excecional, e eu friso isto a título excecional, permitir a construção, a ampliação de infraestruturas e equipamentos coletivos públicos ou privados que tenham um reconhecido interesse municipal por parte da Assembleia Municipal, e que essa localização seja em espaço rural, a sua natureza assim o justifica. Ou seja, são equipamentos ou infraestruturas que pela sua natureza não devem estar em espaços urbanos e, nomeadamente apenas a título exemplificativo, são centros de recolha de animais, cemitérios, estação de tratamento de águas e esgotos, subestações elétricas, antenas de telecomunicações, campos de tiros, estações de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

compostagem. E isto é para uma análise casuística que será apresentada e submetida a apresentação e à deliberação da Assembleia Municipal casuisticamente para a apreciação do interesse municipal na concretização dos referidos projetos em espaços rurais. E, no fundo, isto é o início do procedimento, estamos em fase de ponderação, das participações nesta fase inicial que contamos dentro da próxima semana levar já a ponderação das participações que houve algumas, nomeadamente do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte e penso que também da União de Freguesias fizeram participações no âmbito deste procedimento e a referida ponderação está a ser efetuada e contamos na próxima Reunião de Câmara levá-la a apreciação para seguimento do procedimento.-----

Em relação à alínea k), para a apresentação deste ponto, referiu que se socorre deste PowerPoint para mais facilmente conseguirem visualizar do que estamos a falar e o que está aqui em causa. Estamos a falar de um início de procedimento de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal aos Planos Especiais do Ordenamento do Território e estamos a falar do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura e do Plano da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António. E o que veem neste primeiro slide é a totalidade do concelho e depois os limites dos 3 planos de que estamos a falar, sendo que o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura apenas abrange ali as poucas centenas de metros quadrados na zona poente do limite do concelho com Albufeira. Este procedimento teve início com uma deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 3 de março de 2021 e pretende de dar cumprimento à obrigação de transposição no PDM das normas que estabelecem as ações permitidas condicionadas ou interditas relativamente à ocupação, uso e transformação do solo inseridas nos Planos Especiais de Ordenamento do Território com incidência no território do Município de Loulé e aqui estão os três planos de que vos falei. E esta obrigação é uma obrigação do Município que tem que transpor estas normas até dia 13 de julho de 2021 nos termos do artigo 78 da Lei de Bases com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 3/2021 de 7 de janeiro.-----

Aqui temos um *zoom* da zona de influência para melhor perceberem, temos aqui alguma sobreposição entre o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa e do POOC de Vilamoura-Vila Real de Santo António em que vão ter que ser conjugadas as regras dos dois planos e que vão ter que ser transportas para este território em conjunto as regras dos dois planos e quero frisar que o não cumprimento deste prazo previsto termina a suspensão das normas do PDM que deveriam ter sido alteradas, não podendo na área abrangida e enquanto durar a suspensão haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que obriguem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ocupação ou a transformação do solo. Este procedimento de alteração por adaptação é absolutamente imperioso sob pena de nestas áreas não poderem ocorrer quaisquer tipo de licenciamento ou operações urbanísticas. Para mais, implica a rejeição de quaisquer candidaturas de projetos, a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos-programa até à regularização da situação.-----

Esta alteração por adaptação para a transposição das referidas normas dos Planos Especiais de Ordenamento do Território, que já foram elencadas devidamente pela CCDR, não envolvem qualquer decisão autónoma de planeamento. Isto é bom que fique claro. Ou seja, elas estão listadas e é uma adaptação que se vai fazer e concretiza-se através de um procedimento muito simplificado feito por uma mera declaração de deliberação da Câmara Municipal. A dificuldade neste procedimento tem a ver com as cartografias, com as discrepâncias e com a antiguidade da cartografia do atual PDM e de agora se ter que utilizar uma cartografia mais atualizada, mas estamos em crer que até 13 de julho de 2021 teremos este procedimento concluído e não sofremos qualquer uma das sanções que aqui estão previstas. Tudo isto estava pensado ser trabalhado em conjunto com a revisão do PDM que se encontra em curso, mas não tendo sido possível tivemos que avançar com um procedimento autónomo para que não ficassemos sujeitos a nenhuma daquelas sanções que estão elencadas e previstas na Lei.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que esta deliberação do Município foi, tal como o ponto anterior, também apresentada à Comissão Especializada de Ordenamento do Território à Assembleia Municipal em que os membros tiveram oportunidade de o discutir com a Senhora Vereadora que teve agora a palavra.---

Passou-se à alínea seguinte;-----

m)- **Informação relativa a Declarações sobre Pagamentos/Recebimentos em Atraso e Compromissos Plurianuais**, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º22/2015, de 17/03; [Proposta da Câmara Municipal n.º 271-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que gostaria de saber algumas informações mais concretas sobre este ponto. Portanto, a Câmara aprovou a listagem de todos os pagamentos e recebimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, portanto, 2020, onde se incluem para além de um conjunto de entidades coletivas privadas, cuja dívida é superior a 5000€ e também 2 empresas municipais cujo valor total da dívida é 1.750.000,00€. As entidades com valores abaixo de 5000€ que não constam nesta listagem, no entanto, os valores em dívida são superiores a 1.500.000,00€, um total a dívida para com a Câmara totaliza 3.600.000,00€. Duas questões que queria colocar é que a primeira em relação aos privados, gostaria de saber qual é o ponto da situação e se existe algum plano de recuperação da dívida ou se já está em curso e quando é que preveem que estas possam pagar estas dívidas grandes que estão aqui. Algumas dívidas que estão nesta listagem praticamente se foram transportadas das listagens anteriores dos anos anteriores, quase todos. Quanto às empresas municipais, bem aí acho que o problema é um bocado mais sério. Portanto, aquilo que constatamos é que as empresas municipais não gerem receitas suficientes para a manutenção da sua atividade, mas apresentam lucro todos os anos. No entanto, aquilo que vimos agora aqui é que realmente continuam com pagamentos em atraso para com a Câmara. Portanto, em 2019 a Infraquinta devia à Câmara 200.000,00€, a Infralobo 800.000,00€ e a Inframoura 561.000,00€. Em relação a 31.12.2020, a Infraquinta regularizou a situação, a Infralobo aumentou para mais de 1.000.000,00€ e a Inframoura aumentou para 730.000,00€. Bem, há qualquer coisa aqui que não estamos a perceber como entidade fiscalizadora da atividade municipal e também das empresas municipais é porque nunca encontramos nos Relatórios de Contas destas empresas estes valores contabilísticos, portanto, nunca apresentam estas dívidas à Câmara e eu pergunto porque realmente este assunto não é resolvido de vez e as empresas não pagam esta dívida para com o Município. Há aqui tratamentos desiguais em relação às outras empresas. Eu gostaria realmente de saber em relação a estas duas questões porque é que isto acontece, em primeiro lugar, e em segundo lugar porque é que não se resolve porque as empresas municipais têm que dar o lucro pelo menos três anos seguidos para justificar a sua existência, mas pelo que vemos a Câmara oculta esta dívida, não vindo nos relatórios das empresas e como tal apresentam sempre lucro, que é uma coisa um bocado difícil de perceber para o cidadão comum.-----

Respondeu o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que sobre as questões levantadas referir várias situações. Primeiro, estamos a referir-nos a pagamentos e recebimentos em atraso em relação a um ponto que é a 31.12.2020, ou seja, poderá ocorrer situações de faturação por parte da Câmara Municipal em relação a serviços nomeadamente relacionados com o saneamento e que isso provoca esta situação nomeadamente em relação às empresas municipais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

penso que já tenha sido explicado diversas vezes durante estes anos. De facto, há aqui uma situação que é a Infraquinta, por exemplo, que tem uma situação bastante folgada aconteceu que a 31.12 não ter, de facto, nenhuma situação em relação a essa parte. As empresas municipais têm a responsabilidade e irão regularizar esta situação como é óbvio, pois têm essa responsabilidade e está devidamente espelhado nas contas das empresas municipais. Refiro também outra situação que é em relação às empresas ditas privadas, de uma situação que se encontra aí, há situações, enfim cada caso é um caso e depois especificamente poderei verificar cada um deles. Eu chamo é a atenção para uma situação bastante relevante que, apesar e o Senhor Deputado Carlos Martins tem razão, que aqui só está acima de 5000€, mas de referir o seguinte, é que nós temos três rubricas que aparecem em último que é "Outras", "Outras", "Outras", e existe uma que é "Outras" que tem um valor substancial de 1.200.000,00€ e queria relevar essa situação porque isso tem a ver com um conjunto de cerca de 8000 clientes particulares do Município do qual nós estamos com atenção redobrada em relação a essas pessoas devido a dificuldades de pagamento. Isso é essencialmente relevante porque muitas delas estão a ser transferidas para o tarifário social. O tarifário social da água está a aumentar, de facto, derivado da situação que estamos a atravessar e era para referir, este pequeno aumento que houve nesta parte dos clientes particulares de todos no seu conjunto que, como vão todos para a mesma rubrica, quisemos expor esta situação acima dos 5000€ e que acho que é extremamente relevante de deixar essa palavra também aqui.-----

Passou-se à ultima alínea;-----

n)- **Informação relativa à Colaboração do Senhor Vice-Presidente como docente no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - ISMAT, no período compreendido entre 15 de Março de 2021 e 31 de Junho de 2021; [Proposta da Câmara Municipal n.º 590-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

O Senhor Presidente da Assembleia, deu conhecimento à Assembleia Municipal do Despacho do Senhor Presidente da Câmara no sentido de autorizar e responder afirmativamente ao pedido formulado pelo Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes onde este solicita a colaboração do Senhor Vice-Presidente para lecionar em tempo parcial, 4 horas semanais, a unidade curricular de Controlo de Gestão no período entre 15 de março e 31 de julho de 2021.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

João Conceição